

Barragens

Comissário Europeu defende processos mais céleres

Os procedimentos legais que são necessários cumprir para a construção de infra-estruturas como barragens hidroeléctricas não deveriam arrastar-se durante décadas



António Ferreira da Costa com Samuele Furfari, na apresentação dos planos de investimento hidroeléctrico da EDP na Pausada de Alfândega da Fé

A Comissão Europeia está preocupada com o tempo que demora a implementar no terreno projectos energéticos importantes para o desenvolvimento económico da União Europeia e, por essa razão, pretende encontrar mecanismos que conduzam a uma maior celeridade. A garantia foi deixada pelo conselheiro da Direcção Geral de Energia da Comissão Europeia, Samuele Furfari, numa visita realizada esta semana ao empreendimento do Baixo Sabor, uma obra emblemática do tempo que muitas vezes os projec-

tos levam a executar-se. A visita foi realizada a convite da EDP.

“Estamos preocupados, porque muitas vezes nos projectos energéticos necessitam-se anos e anos. Algumas vezes até 12 anos, para serem implementados”, disse ao **Mensageiro**, acrescentando que é “necessário mudar essa situação”. Segundo adiantou, num documento de Novembro, essa dificuldade foi já apresentada e nos próximos anos deverão ser colocados em andamento mecanismos que conduzam a uma maior rapidez na aprovação de projectos

com uma dimensão europeia importante. “Não é possível colocar em causa o desenvolvimento económico, energético, da União Europeia, lutando sempre com estas dificuldades”, sublinhou.

Quanto à oposição, por parte de associações ambientalistas, ao empreendimento do Baixo Sabor, o membro da Comissão Europeia referiu que isso é algo que acontece em toda Europa. “É uma situação que começa a preocupar, porque, se é verdade que temos que proteger o ambiente, também é necessário verificar os benefícios.

Muitas vezes esquecemo-nos que o desenvolvimento sustentável é desenvolvimento. Não é só protecção do ambiente. É um equilíbrio entre o desenvolvimento económico, protecção ambiental e aspectos sociais”.

Segundo indicou, esta visita permitiu-lhe ter uma visão completa do que está a fazer a EDP no sector da produção energética, sobretudo ao nível do sector hidroeléctrico. “Vê-se que é uma aposta tecnológica e um trabalho detalhado em todos os aspectos de protecção ambiental. Em particular despertaram-me interesse os aspectos sociais, a criação de postos de trabalho”.

É que a criação de postos de trabalho é, actualmente, uma das principais preocupações da União Europeia.

Cento e vinte milhões de euros para protecção ambiental

Segundo a EDP, a visita insere-se no conjunto de outras que o Grupo tem vindo a promover junto de representantes das instâncias comunitárias, de modo a divulgar o máximo de informação sobre a construção da barragem e respectivos impactos.

No entanto, António Ferreira da Costa, administrador da empresa, referiu que isto não significa que se receie que, nesta altura, que a barragem possa ser colocada em causa, por alguma questão relacionada com a protecção ambiental. “Da parte da Comissão Europeia o arquivamento é definitivo. Tomou agora uma resolução muito recente, anulando a última queixa que

havia”, disse, acrescentando que “isso não isenta nem a EDP nem o Estado português de cumprirmos as suas obrigações”.

Entre essas obrigações está a realização de relatórios trimestrais, submetidos à Comissão de Acompanhamento Ambiental e o envio, pelo Estado português, de um relatório anual para a Comissão Europeia, que o analisará e poderá fazer recomendações.

Segundo a EDP, a barragem, localizada numa zona ambientalmente sensível, implica um vasto conjunto de medidas de mitigação e compensação. O plano, a desenvolver ao longo dos 75 anos de vida útil da barragem, é um dos maiores projectos integrados de protecção ambiental em curso na Europa.

Para António Ferreira da Costa, ao nível de custos com a protecção ambiental, nesta barragem atingiu o máximo possível. Esse máximo não diz respeito ao fundo para protecção ambiental, que corresponde a três por cento da produção estimada, desde a construção até ao final da concessão, mas sobretudo à implementação de um conjunto de medidas de minimização de impactos ambientais associados e planos de monitorização “que fazem com que, no total do projecto, e durante o tempo de vida do projecto, vamos investir em ambiente cerca de 120 milhões de euros”, explicou, referindo ainda que a área abrangida pelos planos de monitorização e compensação é muito extensa e “extravasa claramente a área de influência do projecto”.